

**A CENTRALIDADE NO NORDESTE GOIANO E SUA INFLUÊNCIA REGIONAL
NO OESTE BAIANO: O CASO DE POSSE – GOIÁS¹**

THE CENTRALITY THEORY IN THE NORTHEAST OF GOIÁS AND ITS REGIONAL
INFLUENCE IN WEST BAHIA: CASE STUDY OF POSSE – GOIÁS

LA TEORÍA DE LA CENTRALIDAD EN EL NORESTE DE GOIÁS Y SU INFLUENCIA
REGIONAL EN EL OESTE DE BAHÍA: EL CASO DE POSSE - GOIÁS

Leandro Ribeiro Mello²

Juzânia Oliveira da Silva Brandão³

Resumo: Compreender a Centralidade das pequenas cidades e o impacto decorrente das ações de influência na produção do espaço além das características do ordenamento territorial, a sintetizar integração campo-cidade é imprescindível ao olhar geográfico na busca pela interpretação, compreensão do fenômeno geográfico por via de seu arcabouço teórico-metodológico. Objetiva-se apresentar e discorrer sobre os aspectos inerentes ao município de Posse – GO e seu raio de influência, espaço com prolongamentos na região do oeste baiano atingindo os distritos de Arrojolândia e Vila Rosário, em Correntina, Bahia. Captar os movimentos espaciais, apresentar os agentes da produção do espaço a buscar, através da leitura do território, os processos de uso e ocupação e seus consequentes impactos nessa região de influência. Utilizou-se da pesquisa qualitativa a tratar os dados obtidos na pesquisa bibliográfica e em pesquisas de campo nos anos de 2018 e 2019 na região.

Palavras-chave: Centralidade Urbana; Influência Regional; Posse - Goiás.

Abstract: Understanding the Centrality Theory of small cities and the impact resulting from the influence actions on the production of space, in addition to the characteristics of territorial planning, synthesizing the integration countryside-city is essential to the geographic perceive in the search for interpretation, understanding of the geographic phenomenon through its theoretical and methodological framework. The objective is to present and discuss the aspects inherent to the municipality of Posse - GO and its radius of influence, a space with extensions in the region of west Bahia reaching the districts of Arrojolândia and Vila Rosário, in Correntina, Bahia. Capturing the spatial movements, to present the agents of the production of space to seek, through the reading of the territory, the processes of use and occupation and their

¹ Este artigo se constitui a partir da parceria entre a Revista Geofronter e Sinapeq (Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades), edição 2022, que ocorreu em Campo Grande-MS, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

² Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: leandrogeo2@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4094038400321491>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7838-5834>.

³ Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Email: juzania@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3565000708470108>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2404-5153>.

consequent impacts in this region of influence. Qualitative research was used to treat the data obtained in the bibliographic research together with the case study support in the years 2018 and 2019 in the region.

Keywords: Urban Centrality Theory; Regional Influence; Posse - Goiás.

Resumen: Comprensión de la Centralidad de los pequeños pueblos y el impacto resultante de las acciones para incidir en la producción del espacio más allá de las características de la planificación territorial, Para sintetizar la integración campo-ciudad, es fundamental mirar el espacio geográfico en la búsqueda de la interpretación, comprendiendo el fenómeno geográfico a través de su marco teórico-metodológico. El objetivo es presentar y discutir los aspectos inherentes al municipio de Posse - GO y su radio de influencia, espacio con extensiones en la región oeste de Bahía llegando a los distritos de Arrojolândia y Vila Rosário, en Correntina, Bahía. Captar los movimientos espaciales, presentar los agentes de producción del espacio para buscar, a través de la lectura del territorio, los procesos de uso y ocupación y sus consecuentes impactos en esta región de influencia. Utilizó investigación cualitativa para tratar los datos obtenidos en la investigación bibliográfica y en la investigación de campo en los años 2018 y 2019 en la región.

Palabras clave: Teoría de la Centralidad Urbana; Influencia Regional; Posse - Goiás.

Introdução

A intenção de desenvolvermos esse artigo está pautada na busca pela compreensão da Teoria da Centralidade do município de Posse – GO, localizado no nordeste goiano e a sua área de influência regional no oeste baiano, que ocorre pelo notório impacto oriundo de ações em que a crescente e constante influência na produção do espaço, no que tange ao ordenamento territorial do município, bem como sintetizar a integração campo-ciudad nesta região. De acordo com esse novo contexto, é de suma importância buscar um entendimento sobre como ocorre essa integração cidade-campo e de que maneira essa inter-relação favorece e influencia o território e a região, gerando uma Centralidade urbana⁴ nesse recorte territorial que pode ser denominado como uma Região Produtiva Agrícola (RPA)⁵, que integra o espaço agrário e o espaço urbano dando origem as cidades do agronegócio.

Nessa perspectiva, cabe ao geógrafo ampliar o seu olhar e buscar interpretar, compreender e espacializar o fenômeno, através do uso de seu arcabouço teórico-metodológico, explorando as categorias de análise da ciência geográfica, discorrendo sobre como essa interdependência ocorre, além de apresentar a região de influência dessas cidades no recorte territorial

⁴ De acordo com LABASSE (1970) *apud* SPOSITO (2001, p.238): “centralidade não é outra coisa que a aptidão da cidade para impulsionar os fluxos de troca de mercadorias, de serviços e de ideias”.

⁵ Segundo Elias (2011, p.155): “As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos totalmente associados ao agronegócio globalizado e, assim, inerentes às redes agroindustriais”.

delimitado, tendo como objetivo estudar a influência que a rede dos fluxos de informações, bens e serviços presentes no município de Posse – GO exerce no oeste baiano.

Este trabalho, foi desenvolvido com o interesse de captar os movimentos espaciais através de tal enfoque, assim, apresentaremos os agentes da produção do espaço tendo em vista a expressividade dos atores envolvidos no território por meio do seu processo de uso e ocupação e o impacto gerados por eles na atualidade na região escolhida para o estudo em tela.

O objetivo deste estudo é apresentar e discorrer sobre os aspectos inerentes ao município de Posse – GO, localizado no nordeste goiano e todo o seu raio de influência, uma vez que, este espaço espalha-se até a região do oeste baiano atingindo os distritos de Arrojolândia e Vila Rosário pertencentes ao município de Correntina que se encontram no estado da Bahia.

Segundo Santos (2009, p.72), “o espaço geográfico é considerado como uma porção bem delimitada do território é tanto o teatro das ações da sociedade local como das influências externas e até mesmo estrangeiras, cujo peso nem sempre é perceptível à primeira vista”. É todo o problema da influência dos fatores da “macrodecisão” – que abarca desde os Estados até as grandes firmas -, cujo as forças dependem da escala espacial de atuação de cada uma, mas que exercem uma certa influência na distribuição dos homens, dos equipamentos e também das atividades desenvolvidas.

Em tal contexto, verifica-se uma relação de Centralidade urbana, o que gera uma relação de dependência dos equipamentos públicos e das atividades de serviço e comércio tais como: lojas, supermercados, restaurantes, agências bancárias e até mesmo agência dos Correios e Cartórios.

Tendo em vista o cenário apresentado, observa-se de que forma que podemos estudar essa dinâmica na relação campo-cidade de modo a identificar os agentes produtores do espaço, bem como as principais transformações econômicas, políticas e sociais que impactam diretamente a região escolhida para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

A metodologia escolhida para elaboração deste artigo foi a pesquisa qualitativa na qual os autores tratam os dados obtidos por meio de uma ampla pesquisa bibliográfica, ocorreram também pesquisas de campo nos anos de (2018) dois mil e dezoito e (2019) dois mil e dezenove, onde essas foram realizadas buscando captar os agentes geográficos presentes no município que exercem a Centralidade em relação ao poder de atração e repulsão dos fluxos de troca na região delimitada para a o desenvolvimento deste estudo pelos autores.

A justificativa para esse estudo pauta-se por essa evolução, explorando a influência regional como área de estudo por possuir um grande potencial de atração de fluxos de capital, mercadorias e pessoas, por estar inserida em uma área denominada de região produtiva do agronegócio (RPA), o que gera a Centralidade urbana, favorece a criação e o desenvolvimento das cidades do agronegócio pelo fato da atividade sustentar e maximizar a economia dos municípios e maximizar a inter-relação campo-cidade.

Tal fato é perceptível no espaço geográfico com a evolução do processo de ocupação urbana. É essencial também conceber o espaço geográfico como meio de transformação das ações humanas, já que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes econômicos, sociais e culturais. Santos (2014a, p.63), apresenta que: “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Desta forma, a motivação para o desenvolvimento desta pesquisa sobre a Centralidade de Posse – GO, sendo este recorte regional e o nosso objeto de estudo que abarca a influência dos campos da Geografia Regional, Agrária e Urbana no que tange a afetar direta ou indiretamente o oeste baiano.

Segundo Bezzi (2004, p.23):

A região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e de que os homens tomam consciência dela, à medida que constroem identidades regionais. Portanto, a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais.

Desejamos explicitar que a categoria região aqui tratada é para discorrermos na pesquisa sobre a região produtiva e a cidade do agronegócio que se delineiam a partir do conceito de região. Essas evoluções são impossíveis de serem abordadas se não discorrermos primeiramente sobre o conceito de região conforme consta acima que servirá de sustentáculo para o desenvolvimento deste artigo.

A dinâmica espacial brasileira

O espaço é receptáculo e palco dos acontecimentos, cada vez mais o espaço transforma-se em um elemento ativo e dinâmico na constituição e transformação das sociedades. Milton Santos (2014b, p.36), afirma que: “O espaço, considerado como um mosaico de elementos de

diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”.

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior Santos (2013). Dentro desse arquipélago chamado Brasil, havia regiões que exerciam o seu dinamismo é por meio desta análise que cabe identificar e discutir os municípios e regiões no Brasil cuja intensificação da urbanização, assim como a constituição de novas regionalizações, se deve diretamente à consecução e à expansão do agronegócio globalizado.

Em face do seu caráter espacialmente seletivo, socialmente excludente e ambiental-mente insustentável, a reestruturação produtiva da agropecuária acirra a divisão social e territorial do trabalho. O agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais. Segundo Santos (1982): a cidade local é compreendida “a partir da qual as aglomerações de população deixam de servir às necessidades da atividade primária, para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço” e também as pequenas cidades, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. A modernização produtiva promove a conexão e cria acessos em vistas à logística e ao escoamento desses insumos entre os lugares.

A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira

O Brasil é, na América Latina, um dos países que mais reestruturou o seu modelo agropecuário desde os anos de 1950 do século XX. A sua extensão territorial, relevo, grande potencial hídrico, principalmente no bioma cerratense, aliado à existência de grandes propriedades e de um parque industrial em expansão foram fatores oportunos a sucessão de transformações que ocorreram no setor. Após esse momento, a agropecuária brasileira passou por um processo de reestruturação produtiva, marcada pela lógica do atual sistema espaço-tempo, tendo seu funcionamento regulado pelas relações de produção, distribuição e consumo globalizados, direcionando-se, cada vez mais, para atender à crescente demanda do mercado urbano interno e à produção das *commodities* para o mercado internacional.

Inúmeras transformações ocorreram no processo produtivo brasileiro. Os sistemas de ação e os sistemas de objetos (SANTOS, 2014a) associados à agropecuária se reestruturaram mediante o incremento da utilização de ciência, tecnologia, informação e diferentes capitais

(industriais, financeiros, etc). Designado de período técnico-científico-informacional que é uma característica marcante da contemporaneidade.

Uma característica notável da difusão do agronegócio globalizado é seu funcionamento regulado pela economia de mercado, em razão das demandas urbanas e industriais em grande parte destinado para o comércio exterior. Elias (2016, p.64) destaca que:

Sua produção destina-se à geração de *commodities* (café, milho, soja, suco de laranja, entre outras); geração de combustíveis renováveis, cujo caso mais emblemático é o da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e, mais recentemente, a produção de biodiesel, em especial a partir da soja; produção de matérias-primas para ramos agroindustriais ou, ainda, para o mercado de produtos agrícolas in natura tais como: (banana, mamão, manga, melão e uva por exemplo). [...]. A reestruturação produtiva da agropecuária modifica, sobretudo, a base técnica da produção, mediante o amplo emprego de máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, arados), insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes) e biotecnológicos (sementes geneticamente modificadas, novas variedades) fornecidos pela atividade industrial, com notáveis metamorfoses na divisão social e territorial do trabalho agropecuário[...]. As relações com o setor industrial merecem destaque, por propiciarem a instalação e o crescimento de muitos ramos, sobretudo dos que fornecem os insumos e bens de capital para a agropecuária, assim como das agroindústrias, muitas delas multinacionais como é o caso de: (Nestlé, Batavo, Parmalat, entre outras), que assumem parte significativa do comando das transformações no setor. A dinâmica da agropecuária passa, então, a ser determinada pelo desenvolvimento do que alguns autores chamam de redes agroindustriais⁶.

As grandes corporações se apropriam desse tipo de produção agropecuária no Brasil, seja através da territorialização do capital no espaço agrário, seja através da monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2004).

A utilização de sistemas técnicos agrícolas modernos, geraram vantagens competitivas e elevaram a produção aliados aos processos de correção dos solos e pela escolha de topografias mais oportunas para a intensificação das práticas agrícolas no setor agrário brasileiro. Justapondo com o pensamento de Santos (2013) para este cenário, poderíamos dizer que o capital do agronegócio passa a ocupar uma ampla legião de lugares de reserva, frequentemente denominado de fronteira agrícola.

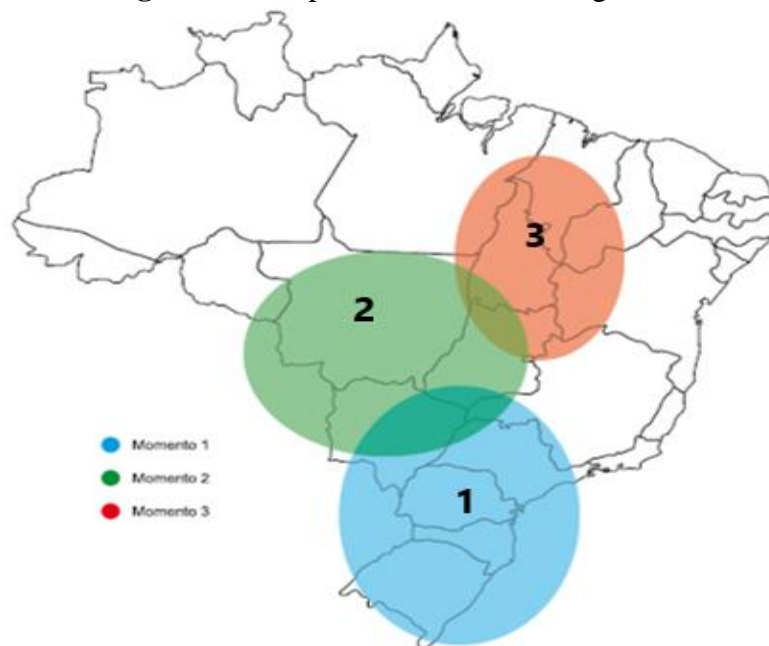
⁶ De acordo com Elias (2011, p.155): “As redes agroindustriais associam todas as atividades inerentes ao agronegócio, seja a agropecuária propriamente dita, sejam as atividades que antecedem essa produção e lhe são fundamentais (pesquisa agropecuária, produção de máquinas agrícolas, sementes selecionadas, fertilizantes etc.), sejam as atividades de transformação industrial cuja matéria-prima provém da atividade agropecuária, seja de distribuição dos alimentos prontos etc”.

Fronteira agrícola: a primeira expansão anos de 1970 a 1980

Na medida em que a sociedade contemporânea passa a experimentar uma dinâmica de maior aceleração (Santos, 2014a), o campo brasileiro deixa de ser um espaço com menos rugosidades (Santos, 2014a) e com flexibilidade superior à apresentada pelas cidades.

Sobre eles se organizam sistemas técnicos (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações, de centros de pesquisa agropecuária) voltados para dotar o espaço agrícola de uma maior fluidez para as empresas hegemônicas do setor. Isso induz à racionalização desses espaços e a expansão do meio técnico-científico-informacional, revelando o dinamismo da (re)produção do espaço resultante da reestruturação da agropecuária.

Vale destacar que o governo federal foi um dos principais agentes modeladores dessas transformações da agropecuária conforme mostra a figura 01 abaixo, fenômeno iniciado entre meados da década de 1960 a 1975 (momento 01) predominância na Região Sul, já no (momento 02) avanço para a Região Centro-Oeste essa expansão ocorreu entre os anos de 1975 até 1990, no ano de 1980 o fomento ocorre através de políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola – política econômica externa, política monetária, política de controle de preços agrícolas – como também mediante políticas explícitas de fomento agrícola (financiamento rural, tecnológica e fundiária), tentando abranger todos os níveis envolvidos com a modernização do setor (DELGADO, 1985). O terceiro momento de expansão da fronteira agrícola para as Regiões Norte e Nordeste, ocorre a partir de 1990 e está presente no território brasileiro até o presente momento.

Figura 01 – Expansão da Fronteira Agrícola

Fonte: EMBRAPA. O mundo rural no Brasil do Século XXI (2014).

O agronegócio globalizado atua como um maximador do processo de urbanização das pequenas cidades de também daquelas consideradas de médio porte no que tange aos aspectos populacionais e financeiros. Quanto mais dinâmico for o agronegócio e quanto mais globalizados forem os seus circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação (SANTOS, 2013), destaca que: “maiores e mais emaranhadas se tornam as relações entre campo e cidade inseridos em regiões agrícolas”. Elias (2016, p.68) afirma: “assim, a difusão do agronegócio explica, em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional e a urbanização em diferentes áreas do país”. Logo, torna-se perceptível que a expansão da fronteira agrícola ocorrida desde a década de 1960 do século passado impulsionou o surgimento de novos municípios de Norte a Sul do Brasil.

Esses municípios em sua maioria são denominados de cidades pequenas ou médias onde a sua economia é movimentada pelas corporações que estão associadas com a produção agrícola e/ou agroindustrial, compondo exemplos de desenvolvimento urbano vinculado ao agronegócio. Tal situação ocorre, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais mais profundas, aproximando-nos do que Santos (2013) chamou de produ-

ção de espaços corporativos, onde as empresas (re)produzem o espaço ao sabor de suas necessidades. Desta forma, percebemos em Posse – Goiás a adaptação do espaço urbano e rural às necessidades do agronegócio globalizado.

As regiões produtivas do agronegócio - (RPAs)

As RPAs podem ser classificadas como complexos híbridos na relação rururbana, compostos por modernos espaços agrícolas organizados por espaços urbanos não metropolitanos e em parte funcionais ao agronegócio. Segundo Elias (2016, p.71):

Elas formam manchas de redes agroindustriais e são perpassadas por parte dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de importantes commodities ou produções agropecuárias, os quais evidenciam algumas das dinâmicas socioespaciais do agronegócio globalizado. Como as RPAs conectam-se diretamente aos centros de poder e de consumo em nível mundial, as escalas local e regional que têm vida em seu interior articulam-se permanentemente com a escala global, e o território organiza-se com base em imposições do mercado de *commodities*. Nessas regiões se observa, também, a presença de corporações formadas por empresas agrícolas e agroindustriais, algumas já atuando com capital aberto, que se configuram entre os principais agentes da produção do espaço regional. As RPAs compõem espaços do fazer do agronegócio globalizado, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades. As horizontalidades são extremamente difundidas, devido a fatores como: expansão das atividades econômicas; aumento da população e do mercado de trabalho; chegada dos novos agentes econômicos; fluxos de população e de cargas; diversidade e quantidade de fluxos entre o campo e a cidade.

Assim, uma RPA é resultado do impacto das forças externas/modernizantes e da capacidade das suas virtualidades, assim como das relações entre outros diferentes pares dialéticos tais como o Estado e o Mercado. Cabe aqui, destacar que a configuração das regiões produtivas do agronegócio (RPAs) não respeita os limites político-administrativos oficiais e, assim, é recorrente uma mesma RPA ser formada por municípios de diferentes estados da federação conforme apresentado na figura 02 a seguir:

Figura 02 – Localização da Região do MATOPIBA

Fonte: Piauí Negócios (2022)

Algumas dessas delimitações, muito embora não existam oficialmente, são reconhecidas pelas populações locais e empresas atuantes nas respectivas áreas. Dessa forma, uma mesma região é composta por um conjunto de municípios por vezes pertencentes a diferentes estados, com seus respectivos espaços agrícolas e urbanos associados em graus diversos e que originam o que é denominado por cidades do agronegócio.

As cidades do agronegócio

A reestruturação produtiva da agropecuária no território brasileiro modifica os papéis de algumas cidades e as suas relações entre o campo e a cidade, motivadas pelas novas necessidades de consumo produtivo do setor do agronegócio.

Em muitas dessas cidades, esse tipo de consumo é mais importante e complexo do que o consumo consumptivo, ou seja, aquele próprio fomentado pela população local. Tal fato Santos (2013) denominou de “cidade do campo”, noção que foi utilizada por algum tempo (ELIAS, 2003) embora, há alguns anos, a geógrafa tenha substituído por “cidade do agronegócio” (ELIAS, 2011, 2016), visando uma possível consolidação conceitual e uma melhor aplicabilidade dessa noção.

De acordo com Elias (2016, p.74):

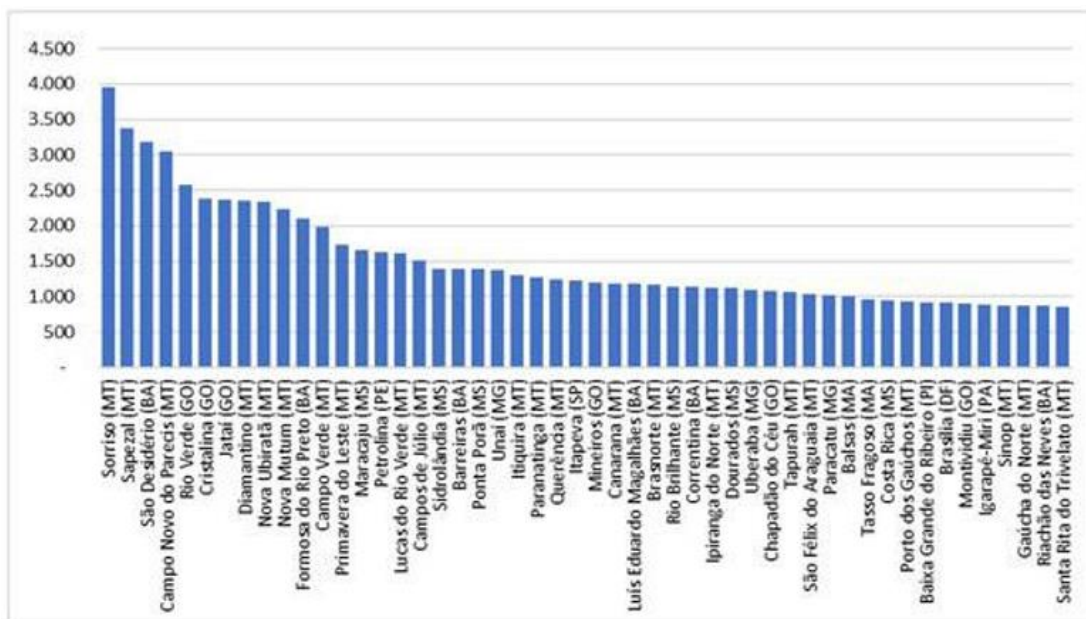
O que chamamos de cidades do agronegócio seriam os espaços urbanos inseridos em RPAs nos quais se dá a gestão local ou regional do agronegócio, cujas funções inerentes a essas atividades têm hegemonia na economia urbana. A cidade do agronegócio é um tipo de cidade que polariza e organiza amplo espaço agrícola, na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos.

Segundo Corrêa (2010): A especialização da cidade pode ser captada mediante a leitura de suas funções urbanas. Assim, é possível identificar várias cidades, nas diferentes partes do país, cujo crescimento econômico e territorial se deve diretamente à sua integração com as funções exercidas junto ao agronegócio, tais como: Barreiras (BA), Correntina (BA), Formosa do Rio Preto (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA), Uruçuí (PI), Sorriso e Lucas do Rio Verde (MT) além de tantos outros municípios que poderiam ser citados aqui a título de exemplo.

Cabe destacar que a região produtiva do agronegócio mais significativa até o presente momento existente no Nordeste do Brasil, cuja “capital” consideramos ser a cidade de Barreiras, abrangia inicialmente o oeste da Bahia, tendo se estendido para o sul do Maranhão, o sul do Piauí e já atinge partes do estado do Tocantins denominada pelo acrônimo de MATOPIBA e cuja gestão hoje é dividida com o município de Luís Eduardo Magalhães (LEM). Ressaltamos ainda que, a região produtiva do agronegócio atualmente comandada por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (LEM) é composta também pelos municípios do oeste da Bahia (Correntina, São Desidério, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto), sul do Piauí (Uruçuí e Floriano) e sul do Maranhão (Balsas e outras), além de alguns municípios de Tocantins.

Essa informação é confirmada pelos indicadores da Produção Agrícola Municipal (PAM), realizada em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a lista dos 50 municípios com maior representatividade no agronegócio conforme apresenta o gráfico 01 a seguir. Onde destacam-se os municípios do oeste da Bahia (Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Correntina, São Desidério, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto).

Gráfico 01 – 50 municípios do agronegócio com a maior produção no ano de 2019



Fonte: IBGE – PAM (2019).

Entendemos que, enquanto Barreiras exerce os papéis mais clássicos de uma cidade de porte médio, LEM configura-se como uma cidade do agronegócio (ELIAS, 2016). Ambas polarizam toda a região produtiva no que tange a sua função urbana favorecendo o fluxo de mercadorias e também os serviços. É perceptível a presença do agronegócio, por conter revendedores autorizados dos maiores fabricantes de máquinas agrícolas que atuam no Brasil, como a Massey Ferguson e New Holland. Tais estabelecimentos estão presentes ao longo da BR-242, no limite dos dois municípios do oeste baiano.

Outro aspecto que cabe destaque são os fluxos migratórios, originários tanto das áreas menos atingidas pela capitalização do campo, quanto de áreas do Sul e Sudeste do país, submetidas à maior pressão fundiária e demográfica. A chamada migração de “gaúchos” – como são designados os sulistas que de forma genérica são assim apelidados - é um dos principais fatos a considerar para análise (HAESBAERT, 1997). O Terminal Rodoviário de Luís Eduardo Magalhães (LEM) demonstra esse tipo de fluxo, devido a ocorrência de linhas de ônibus que fazem ligação direta com várias cidades da região Sul do país tais como: Porto Alegre e Santa Maria ambos no Estado do Rio Grande do Sul.

O ordenamento territorial nas cidades do agronegócio é singular. Para Elias (2016, p.78):

Um visitante desavisado vai se surpreender ao chegar à cidade e se deparar com as grandes lojas de tratores, colheitadeiras, insumos químicos, que se perfilam pela entrada principal de Luís Eduardo Magalhães (LEM). O espanto continua quando, logo em seguida, o visitante se defronta com as plantas industriais da Bunge, com seus portentosos silos dentro do perímetro urbano principal, junto à área residencial, entre os locais mais valorizados da cidade, o que demonstra a total falta de ordenamento urbano. Por outro lado, observam-se problemas urbanos semelhantes aos das cidades maiores, tais como os de infraestrutura – ausência de tratamento de esgoto, galeria de águas pluviais, pavimentação asfáltica e habitação para famílias de baixa renda –, questões que têm sido pouco atacadas pela prefeitura e pelo governo federal.

Logo, cabe ressaltar que o cerne da organização de uma parte considerável do território brasileiro, nos dias atuais, é resultado da sua herança histórica e das transformações ocorridas no presente, em virtude da aceleração das inovações tecnológicas que surgem a todo momento favorecendo a “modernização” do campo, inserção de instrumentos, técnicas e equipamentos dotados dos mais atuais programas de computação, dispositivos e múltiplos usos de sistemas de informações. Pode-se até falar em modernidade de equipamentos e sistemas, mas não em modernização no que se refere as tratativas com o social e o ambiental, sendo estes, muitas vezes impescílios a tal “modernização” do campo.

Resultados e/ou discussões

Para a realização da investigação das regiões produtivas do agronegócio, consideramos importante valorizar o diálogo com aqueles que investigam o espaço agrário brasileiro, sem deixar de ouvir aqueles que estudam os espaços urbanos não metropolitanos e o fenômeno da (re)estruturação urbana e regional, reconhecendo as suas respectivas contribuições para o desenvolvimento de noções, teorias e conceitos sobre os processos e dinâmicas socioespaciais emergentes no território brasileiro contemporâneo. Assim como a Centralidade que os municípios exercem dando suporte as regiões produtivas do agronegócio.

Desse modo verifica-se essa evolução, quando nos preocupamos em examinar a influência regional de Posse – GO, que é um município que possui uma área total de 2.076,990 km² com uma população de 37.924 habitantes segundo a estimativa de população do município de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuindo uma densidade demográfica de 15,52 km² habitantes, os municípios vizinhos são: Guarani de Goiás e Iaciara.

Essa região apresenta um enorme potencial de atração de fluxos⁷ de capital, mercadorias e pessoas, por estar inserida em uma área denominada de região produtiva do agronegócio o que gera a Centralidade urbana, favorecendo a criação e o desenvolvimento das cidades do agronegócio pelo fato da atividade sustentar e maximizar a economia dos municípios e a relação campo-cidade.

Para Brenner (2013): O urbano é uma construção abstrata teórica. O urbano não é um local, espaço ou objeto pré-estabelecido; sua demarcação como zona de pensamento, representação, imaginação ou ação (MARTINDALE, 1958; ABU-LUGHOD, 1969; CASTELLS, 1977). Essas abstrações condicionaram a maneira na qual esculpimos o nosso objeto de estudo bem como, as propriedades que devemos considerar nos objetos particulares. Por meio desta modelagem que abarca a região de influência e a Centralidade do município de Posse (GO) e favorece a relação cidade-campo. A cidade é a forma na qual as sociedades se transformam e alteram os usos do espaço urbano frequentemente.

Quando abordamos a relação campo-cidade é de fundamental importância ressaltar as relações de troca que ocorrem no espaço geográfico, pois, a troca é um dos fundamentos das relações sociais entre indivíduos e grupos, ela está presente, entre comunidades semelhantes e até, mesmo, nas relações familiares. Lembrando que a apropriação promove a fragmentação da extensão terrestre, gerando diferenciações espaciais e criando espaços de produção especializados, é necessário organizar essa diferenciação.

A diferenciação e especialização dos lugares implicam na necessidade da troca entre os lugares. Ela induz aos fluxos e a formação de redes. A troca é o coração dos processos de desenvolvimento econômico; os lugares de sua realização são os mercados cuja organização concreta contribui largamente para a formação do espaço em todas as escalas geográficas sendo elas: local, regional, nacional, internacional e global.

É essencial também conceber o espaço geográfico como meio de transformação das ações humanas, já que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes econômicos, sociais e culturais. Desta forma, Posse – GO, exerce uma área de influência e favorece as relações de troca e tende a afetar direta ou indiretamente no oeste baiano. Aqui, discutir a categoria

⁷ Segundo Santos (2012) Fluxos: O espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição do consumo.

região é de suma importância dentro da ciência geográfica pois esta constitui valores agregativos, que recebem uma nova análise no bojo da própria Geografia. De acordo com, Becker & Egler (1998, p.14):

O conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. Deixá-lo de lado é abandonar um signo que identifica a Geografia perante as demais ciências. Repensar a região hoje significa uma maneira de contribuir para a superação da crise das ciências sociais e colaborar, enquanto geógrafo, na compreensão das contradições do mundo contemporâneo.

Segundo Lencioni (2009), o objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos. São essas peculiaridades que definem a região, no sentido verdadeiramente geográfico, priorizando, na dualidade homem versus natureza, a ação transformadora dos espaços antrópicos.

Centro e Centralidade urbana

Para Corrêa (2003), o espaço urbano constitui-se em um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Logo, os seus usos definem as áreas, como o centro da cidade, sendo o local de concentração de atividades comerciais, de serviços, áreas industriais, áreas residenciais. Desta forma, após essa breve conceituação sobre espaço urbano é possível discutir os conceitos de centro e Centralidade. Precisamos primeiramente recorrer a Teoria dos Lugares Centrais, proposta do Walter Christaller. Essa teoria é fundamentada pelas ideias de Von Thünen, que visava espacializar as atividades econômicas que caracterizariam a organização espacial da população. Sua teoria expõe um modelo de rede espacial, com ênfase ao espaço urbano e seu dinamismo. Ele entende o espaço geográfico como um sistema hierarquizado e adotou como suporte teórico-metodológico Von Thünen para a espacialização das atividades agrícolas, Weber para a teoria das localizações das indústrias e Engländer que inter-relacionou as partes da teoria econômica com a relação espacial.

Christaller também se preocupou em mostrar que a distribuição da população poderia afetar o desenvolvimento das localidades centrais, ou seja, em áreas de população dispersa o desenvolvimento de localidades centrais é menor do que em áreas onde a população está concentrada.

A Teoria da Centralidade destaca alguns elementos importantes para a questão do espaço rural e urbano, dividindo o espaço em setores de influências das atividades econômicas da cidade. O que Christaller buscou compreender foi a dinâmica das cidades, sobretudo as cidades no Sul da Alemanha, país onde ele vivia. Buscou compreender essa dinâmica a partir de conceitos como: Centralidade, localidade central, região de influência das cidades e polarização. Fundamentou a sua teoria numa relação hierárquica entre os centros urbanos do Sul da Alemanha, quanto ao fluxo de distribuição de bens e serviços das localidades centrais para suas hinterlândias, envolvendo o tamanho, o número e a distância entre as localidades. Centro: O debate sobre a questão de centro e Centralidade urbana é muito relevante para a Geografia, pois contribui para desvendar as especificidades das cidades, tendo em vista a sua organização socioespacial. A partir desses conceitos, realizamos reflexões em duas escalas diferentes: a intraurbana e a interurbana, cujos processos ocorrem de forma articulada.

Dessa maneira, para que ocorram desenvolvimento e urbanização nas pequenas e médias cidades, é necessário que exista, nesse espaço, um centro de influência e, conseqüentemente, as Centralidades. A Centralidade urbana, para Lefebvre (1999, p.93), “Não existe cidade, nem realidade urbana sem um centro. Mais que isso, o espaço urbano, é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas”. Castells (2009) afirma que, os centros urbanos estão divididos em algumas atividades fundamentais: comércio, gestão administrativa, financeira e política. Cabe destacar, outro condicionante fundamental, principalmente nas pequenas cidades, são as atividades religiosas, representadas, principalmente, pela igreja católica.

Conforme Corrêa (1994, p. 21), “A centralidade de um núcleo, refere-se ao grau de importância de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central e maior a sua centralidade”. Ou seja: trata-se dos espaços que serão influenciados diretamente pela área central da cidade, favorecendo a distribuição de mercadorias, bem como a disponibilização de serviços.

De acordo com Sposito (1991, p.12), a Centralidade “diz respeito aos fluxos, à fluidez, ou seja, é a expressão da dinâmica da definição/redefinição das áreas centrais e dos fluxos no interior da cidade”. Logo, às áreas de atração de fluxo, que concentram fatores econômicos, sociais e culturais, que se tornam a força da rede urbana das pequenas cidades. Desta forma, percebemos que as pequenas cidades elas são inseridas na rede urbana por meio de combinações diferentes e adaptações que atendem as demandas que dão suporte ao agronegócio globalizado.

Desta forma, percebemos que a influência regional e as trocas ocorrem entre Posse (GO) e os distritos de Arrojolândia e Vila Rosário ambos pertencentes ao município de Correntina (BA) por meio dos fluxos que ocorrem através das relações presentes no município que apresenta uma rede de comércio consolidada contando com: franquias especializadas em perfumaria, franquias especializadas em chocolates, lojas de móveis, medicamentos, supermercados, revenda de motos, automóveis, suplementos alimentares, agrícolas, materiais de construção entre outras. Formado também pelos serviços bancários, cartoriais, jurídicos, contábeis e de assistência à saúde.

Considerações finais

É possível discorrer que a diferenciação e especialização dos lugares implicam na necessidade da troca entre os mesmos. Ambas induzem aos fluxos e a formação de redes urbanas. A troca se concentra no cerne dos processos de desenvolvimento econômico, os lugares de sua realização são os mercados cuja organização concreta contribui largamente para a formação do espaço em todas as escalas geográficas.

Cabe também conceber o espaço geográfico como meio de transformação das ações humanas, uma vez que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes econômicos, sociais e culturais. Santos (2014a, p.63), apresenta que: “o espaço como sendo formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Assim, Posse (GO), exerce uma relação de Centralidade e corrobora com as relações de troca no território e influência regional de maneira direta e/ou indireta o oeste baiano exercendo uma Centralidade com os distritos de Arrojolândia e Vila Rosário ambos localizados no município de Correntina no oeste do estado da Bahia.

Desta forma, o presente trabalho cumpre com o seu objetivo no intuito de apresentar e discorrer sobre a influência regional que o município de Posse (GO) localizado no nordeste goiano exerce, sobre o oeste baiano no que tange a espacializar, a Centralidade e influência regional em relação ao fluxo de mercadorias e serviços presentes neste território, contando com um rol de empresas e instituições a atender a atividade do indústria agrária de commodities regional, isso pode ser constatado nos mais básicos empreendimentos voltados ao setor ali instalados e instituições do meio técnico-científico-informacional local, campus da Universidade Estadual do Goiás, Instituto Federal, ambos com cursos específicos a temáticas

afins ao setor em questão. O intuito destas instituições não é formar cidadãos a exercer seu papel de protagonismo diante da sociedade em que estão inseridos, é modular lotes de profissionais na expectativa a um mercado de trabalho que, cada vez mais, exclui a possibilidade de contratações.

Referências

ABU-LUGHOD, Janet. **The city is dead-long live the city: Some thoughts on urbanity.** Monograph 12. Berkeley: Center for Planning and Development Research, University of California, Berkeley, 1969.

BECKER, Bertha Koiffmann; EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. **Brasil - uma nova potência regional na economia-mundo.** 3ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: Uma (Re)visão Historiográfica - da Gênese aos Novos Paradigmas.** Editora UFSM, 2004.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização (Theses on urbanization). **Revista Eletrônica e-metropolis.** n. 19. Ano 5 | dezembro de 2014.

CASTELLS, Manuel. **The urban question: A Marxist approach. Translated by Alan Sheridan.** Cambridge, Mass.: MIT Press, 1977.

_____. **A questão urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana.** São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. **O Espaço Urbano.** 4ª ed. 4ª. reimp. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. Inovações espaciais urbanas: algumas reflexões. **Cidades.** Presidente Prudente, v. 7, nº 11, p.151-162, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo: ICONUNICAMP, 1985.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura.** São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR).** Recife, v. 13, nº. 02, p. 153-167, novembro 2011.

_____. **Relações Campo-Cidade, Reestruturação Urbana e Regional no Brasil.** XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Independencias y construcción de Estados Nacionales: Poder, Territorialización y Socialización, Siglos XIX-XX. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá: 2012.

_____. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**: abordagens a partir da América do Sul [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 63-81. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4. <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0004>.

EMBRAPA. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no “Nordeste”. Niterói, EDUFF, 1997.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MARTINDALE, Don. 1958. **Prefatory remarks: The theory of the city**. In The city, by Max Weber, translated and edited by Don Martindale and Gertrud Neuwirth, 9–64. Glencoe, Ill.: Free Press.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, M.I.M (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p.29-70.

PIAUINEGOCIOS. Localização da região do MATOPIBA. **Piauí Negócios**, 2022. Disponível em: <<https://www.pinegocios.com.br/thumbs.php?w=600&imagem=images/noticias/342/matopiba1.jpg>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O Trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª ed. 1ª. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. 8ª. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

_____. **Espaço e Método**. 5^a ed. 2^a. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centro e as formas de expressão da Centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v.10, p.1-18. Universidade Estadual Paulista/UNESP, 1991.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da Centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/UNESP, 2001.

*Recebido em 12 de junho de 2022.
Aceito em 27 de setembro de 2022.
Publicado em 24 de outubro de 2022.*